



**GT – “GT16”: “Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica”**

**A população periférica da metrópole de São Paulo:  
de autoconstrutores a microrentistas**

Autor(01): Daniel Manzione Giavarotti  
Filiação institucional: Autônomo  
E-mail: manzione79@gmail.com

**RESUMO:** Nossa apresentação discutirá a emergência de um mercado imobiliário popular a partir de uma periferia da metrópole de São Paulo chamada Jardim Ibirapuera. Nossa tese é que a formação deste mercado remonta à forma particular de metropolização de São Paulo fundada na reprodução ampliada da periferização, na qual a formação de uma classe trabalhadora urbana coincidiu historicamente com a constituição de uma classe de pequenos proprietários/posseiros urbanos. Num contexto de crise do trabalho e aumento do empreendedorismo popular conformou-se uma refuncionalização do ambiente autoconstruído, a qual vem dando origem à formação de um mercado imobiliário popular e periférico, majoritariamente operado pelos próprios moradores, modificando o lugar ocupado por essa população no circuito global de reprodução do capital.

**Palavras-chave:** periferia; crise do trabalho; mercado imobiliário;

## **1. Introdução**

Nossa apresentação discutirá a emergência de um mercado imobiliário popular a partir de uma periferia da metrópole de São Paulo chamada Jardim Ibirapuera. Nossa tese é que a formação deste mercado remonta à forma particular de metropolização de São Paulo fundada na reprodução ampliada da periferização, na qual a formação de uma classe trabalhadora urbana coincidiu historicamente com a constituição de uma classe de pequenos proprietários/posseiros urbanos. Num contexto de crise do trabalho e aumento do empreendedorismo popular conformou-se uma refuncionalização do ambiente autoconstruído, a qual vem dando origem à formação de um mercado imobiliário popular e periférico, majoritariamente operado pelos próprios moradores, modificando o lugar ocupado por essa população no circuito global de reprodução do capital.

### **1. A periferia à luz da contradição capital e trabalho**

Nossas investigações (Giavarotti, 2012; 2018) sobre a formação e reprodução deste loteamento foi desenvolvida a partir do conceito de mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) e da crise deste último (Kurz, 1993). Tal escolha teórico-metodológica envolveu a realização de trabalhos de campo de cunho qualitativo sobre as trajetórias de trabalho dos membros de algumas famílias moradoras do Jardim Ibirapuera e imediações, combinada a uma revisão bibliográfica de autores marxistas brasileiros provenientes da sociologia (Oliveira, 2003 e 2006), sociologia urbana (Kowarick, 1993) e arquitetura (Ferro, 2006 [1969]). A importância destes autores para discutir a relação entre a mobilidade do trabalho e a territorialidade (Raffestin, 1993) particular constituída à escala local resultava do fato de que a autoconstrução emergia em suas análises como um elemento revelador da forma particular de inserção política e econômica da classe trabalhadora urbana na modernização nacional e industrialização de São Paulo. Em outras palavras, a presença incontornável da autoconstrução na produção daquele loteamento e constituinte daquela territorialidade particular foi lida como um importante índice do estado das relações sociais de produção nas e para as quais esta população se encontrava mobilizada.

De acordo com Francisco de Oliveira a autoconstrução, definida por ele como mutirão (2003: p. 59), tinha uma importância decisiva em sua compreensão sobre a expansão do capitalismo no Brasil. Entendida como uma prática “não-tipicamente capitalista” (2003), já que não envolvia uma relação de assalariamento, a autoconstrução operava como um expediente de superexploração da força de trabalho na esfera produtiva. A adesão à autoconstrução por parte da classe trabalhadora urbana chegada em São Paulo a partir de 1950, funcionava, segundo o autor, como o sustentáculo de formas de superexploração em âmbito produtivo determinada por uma política econômica de regulação da relação capital-trabalho pós-1930, que incluiu o rebaixamento forçado dos custos de reprodução das forças de trabalho por meio da instituição do salário mínimo. Tal rebaixamento seria o responsável por um aumento nas taxas de mais-valia (cf. Marx, 1985) apropriadas pela classe capitalista nos setores modernos (Oliveira, 2003) que compunham a divisão social do trabalho à escala nacional. A coexistência de setores modernos, nos quais os trabalhadores vinham sendo empregados e superexplorados no contexto da modernização retardatária nacional, e aqueles não-tipicamente capitalistas (ou arcaicos),

como a prática da autoconstrução, é parte do que sustentará a leitura de Oliveira sobre o caráter desigual e combinado da primeira, resultante de seu caráter conservador<sup>1</sup>.

Kowarick (1993), pensando sobre as condições de reprodução dos trabalhadores no mesmo contexto, buscou avançar na compreensão da autoconstrução endossando a interpretação de Oliveira (2003), mas incorporando de maneira mais proeminente uma problemática demográfica e uma questão sobre o papel do Estado, formulando o conceito de espoliação urbana (Kowarick, 1993). Em outras palavras, a existência de uma superabundância relativa de trabalhadores disponíveis em São Paulo a partir de 1950 (exército industrial de reserva), a qual alcançou seu ápice em 1970<sup>2</sup>, seria decisiva para o rebaixamento dos salários devido à concorrência existente no mercado de trabalho, bem como a ditadura civil-militar e o fechamento político às reivindicações e órgãos representativos da classe trabalhadora, somando-se a isso a ausência do Estado na provisão de infraestrutura e política habitacional (cf. Kowarick, 1993) destinada à classe trabalhadora urbana.

Ambos os autores, a despeito de algumas diferenças, têm como ponto de partida de suas investigações sobre a formação das periferias em São Paulo as relações de trabalho na esfera produtiva, diante das quais as relações sociais à escala local que dariam forma à periferia (incluída aqui a autoconstrução) emergem como consequência da superexploração de suas forças de trabalho, mas não só. Dito de outra maneira, o dinheiro na forma do salário abaixo dos custos de reprodução, emerge como nexos fundamental entre as relações de produção e a territorialidade forjada em âmbito reprodutivo. Foi precisamente esse nexos que buscamos explorar (cf. Giavarotti 2012; 2017), a partir das contribuições de Gaudemar (1977) sobre a mobilidade do trabalho, o que nos permitiu avançar no debate sobre os imperativos que a contínua modernização dos processos produtivos, desde a década de 1970 até hoje, foram paulatinamente impondo para as condições de reprodução da parcela da classe trabalhadora

---

<sup>1</sup> “Ao contrário da revolução burguesa ‘clássica’, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo ‘clássico’ a crise é na totalidade da economia e da sociedade” (Oliveira, 2003: p. 63).

“Esse ‘pacto estrutural’ preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagonicos, como pensa o modelo cepalino” (Oliveira, 2003: p. 65).

<sup>2</sup> Entre 1940 e 1950, 73% do crescimento absoluto da população da região metropolitana [de São Paulo] se deveu à migração, apresentando um saldo migratório de 801.304 pessoas; no período de 1950 a 1960, um saldo migratório de 1.236.037 pessoas, a migração respondeu com 60% do crescimento absoluto da população metropolitana. [...] a metrópole de São Paulo ultrapassou os 4,7 milhões de habitantes em 1960, com um saldo migratório de 2.030.374 pessoas, que correspondeu a 60% do crescimento absoluto da população entre 1960-1970 (Baeninger, 2011: 54 e 55).

presente no Jardim Ibirapuera e seu entorno. Inspirados pelas perguntas colocadas por Gaudemar (1977) investigamos as transformações verificadas nas relações sociais territorializadas à escala local à luz do problema apresentado por Kowarick (1993) já na década de 1970 sobre o incremento da superpopulação relativa desencadeado pela relação entre a migração para São Paulo e a “industrialização tardia” (Oliveira, 2003: p. 67).

No entanto, estas precárias condições materiais foram desafiadas pelos novos movimentos sociais a partir da década de 1970. Tal emergência não produziu apenas transformações nas condições materiais das famílias moradoras destas periferias, mas igualmente nas ciências humanas. De acordo com Telles (1986) um importantíssimo efeito, tributário das reflexões de Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, teria sido a “‘descoberta’ da sociedade como lugar da política” (TELLES, 1986, p.62) levando, por sua vez, à descoberta do cotidiano<sup>3</sup>. Tal descoberta, todavia, não se dava apenas à revelia da “institucionalidade vigente”, mas também do “estruturalismo marxista” que marcou a interpretação da metropolização de São Paulo e da autoconstrução até então.

Muito embora o processo de metropolização por expansão de periferias e a autoconstrução tenham sido simultaneamente a expressão urbana da superexploração da força de trabalho em esfera produtiva e da desigual distribuição do chamado salário indireto sob a forma das condições gerais de produção (apreendido por Kowarick com a noção de espoliação urbana), os novos movimentos sociais urbanos endereçaram suas reivindicações para sanar primordialmente aquelas precariedades diretamente conectadas ao salário indireto. Nas palavras de José Álvaro Moisés “é ao nível da superposição imediata dos seus interesses, como consumidores da cidade, que esses moradores apareciam na cena urbana” (MOISÉS, 1982, p.21 – grifo do autor). As transformações decorrentes da modernização de São Paulo, com a enorme concentração de atividades produtivas e o decorrente aprofundamento da divisão social do trabalho, somadas ao extraordinário afluxo migrante, impunha “a emergência de necessidades sociais e urbanas novas para a sobrevivência da população” (1982, p.17). Essas necessidades colocavam o Estado e o fundo público como um destinatário e financiador incontornável, porquanto tais necessidades e reivindicações a elas vinculadas não poderiam ser atendidas,

---

<sup>3</sup> “A moradia e seu mundo de sociabilidades, o bairro e seus ‘pequenos’ dramas cotidianos montados em torno das condições imediatas de vida e em torno das chamadas carências urbanas ganhavam uma nova visibilidade, armando o cenário reconhecível que fazia aparecer os trabalhadores como sujeitos de práticas, cujo sentido estava na possibilidade que estas sugeriam de uma revitalização da sociedade contra a institucionalidade vigente” (Telles, 1987, p.62).

parcial ou integralmente, pela iniciativa privada. Em outros termos, o conflito distributivo entre capital e trabalho passava necessariamente pelo Estado e sua arrecadação e não imediatamente pela disputa pelo mais-valor no chão de fábrica<sup>4</sup>.

Visto deste ponto de vista, talvez Moisés tenha dito mais do que imaginava ao afirmar que era na condição de consumidores da cidade que estes movimentos sociais apareciam na cena pública, e não como seus produtores, o que também eram<sup>5</sup>. Daí que o atendimento àquelas reivindicações ligadas ao consumo da cidade, que se realizavam como produção do espaço (Damiani, 1999) teria concorrido para um progressivo aniquilamento do substrato cotidiano<sup>6</sup> progresso, mas sobretudo coroado a condição de pequenos proprietários urbanos das primeiras famílias chegadas ao loteamento. Ou seja, se, por um lado, a reivindicação dos movimentos sociais apontava para a necessidade de que o Estado viesse a cumprir suas funções estruturais (KURZ, 1998) num contexto de imposição da sociedade do trabalho e metropolização da cidade, por outro, esta extraordinária atuação estatal também traria mudanças qualitativas no quadro de vida urbano e nas próprias periferias.

A consolidação desta camada de pequenos proprietários urbanos presente nos loteamentos periféricos de São Paulo se deu simultaneamente ao colapso da modernização retardatária nacional, o que veio, desde então, transformando radicalmente a experiência de mobilidade do trabalho vivenciada pelas novas gerações de moradores, porque remobilizados para outros setores da economia como o terciário, mas igualmente transformando as relações territoriais progressas à escala local. Uma forma de manifestação desta transformação foi a evidente expansão de microempreendimentos no próprio Jardim Ibirapuera, muitos deles instalados em cômodos das moradias autoconstruídas e finalizadas pelas primeiras famílias moradoras desde fins da década de 1950. Ou seja, o ambiente autoconstruído pelas primeiras

---

<sup>4</sup> No artigo mencionado Moisés (1982) está analisando fundamentalmente os movimentos sociais urbanos que emergiram em São Paulo no pós-guerra, como as sociedades amigos de bairro, enquanto Sader se concentrou no período próximo à abertura democrática, quando houve um importante protagonismo do “novo sindicalismo”. Tal diferença exigiria uma ponderação mais cuidadosa sobre nosso ponto de partida, embora estejamos convictos da validade de nossa afirmação.

<sup>5</sup> “A urbanização como negócio econômico cria a possibilidade da presença dessa indústria, a da construção, sempre crescente e renovada, principalmente nas grandes cidades, e os termos da absorção dos seus trabalhadores são enquanto temporários, muitas vezes, sequer remunerados, ou sem registros, envolvidos em promessas não cumpridas” (DAMIANI, 1999, p.127).

<sup>6</sup> “A produção do espaço envolve, francamente, a indústria da construção pesada e civil, e outros subsetores agregados, os conhecimentos de arquitetura e urbanismo e uma inserção do Estado potencializado – como contratante, na criação de normas, códigos e legislações. Gravita em torno e a partir da cidade, mais amplamente, do tecido urbano” (DAMIANI, 1999, p.122).

famílias moradoras do Jardim Ibirapuera veio sendo paulatinamente refuncionalizado por práticas laborais empreendidas pelas novas gerações de moradores do próprio bairro que se viram diante da impossibilidade de emularem as mesmas biografias laborais de seus pais, as quais haviam se tornado obsoletas, diante da própria modernização das relações de produção fortemente modernizadas, isto é, das transformações no exercício da mobilidade do trabalho.

Subjacente à expansão dos microempreendimentos de diversas modalidades (a qual também inclui a venda de entorpecentes), a expansão de negócios imobiliários agenciados por essa parcela de trabalhadores paulatinamente empobrecidos devido à crise do trabalho foi o dado que mais se sobressaiu em nossos trabalhos de campo. A presença de negócios imobiliários agenciados por nossos interlocutores (fosse como compradores ou vendedores, inquilinos ou locadores, microempreendedores ou microincorporadores) se tornou um dado incontornável da experiência contemporânea da população trabalhadora moradora daquela territorialidade.

## **2. A periferia a partir da relação entre trabalho e terra**

Nossas pesquisas pregressas (Giavarotti, 2012; 2017) sobre a formação do Jardim Ibirapuera nos permitiu considera-lo, com ressalvas, como um processo de colonização do entorno da cidade de São Paulo, a despeito das diferenças que guarda com esse último. Dizemos processo de colonização pois tal efetivamente se configurou como o avanço de uma fronteira urbana que expandiu a chamada mancha urbana da cidade de São Paulo, transformando a terra rural e as práticas sócio espaciais àquela vinculada em terra urbana, manifesta, por exemplo, na relação estabelecida entre o tamanho das novas propriedades (os lotes) originadas do parcelamento das glebas existentes, e o uso ao qual se destinava (o abrigo de uma unidade familiar expropriada). Em outras palavras, a terra deixava de ter uso produtivo (agrícola), mesmo que residual, destinando-se a um uso estritamente reprodutivo, devotado à reprodução familiar. No entanto tal colonização era apenas aparente, já que a territorialização daquelas famílias trabalhadoras não se deu senão por meio de salários provenientes da venda das forças de trabalho de seus membros, como já apresentado, somando-se a isso a necessidade da mediação do dinheiro na aquisição dos lotes ofertados. Tanto a abertura do loteamento, empreendido por agentes privados, como a regulação das trocas comerciais aí implicadas e, por fim, a necessidade de mediação do dinheiro como forma de acesso à terra, desmentem a

representação deste processo como de uma colonização fundado no próprio trabalho<sup>7</sup>. Pelo contrário, de acordo com a bibliografia consultada e nossos trabalhos de campo, a formação das periferias, na qual se inclui o Jardim Ibirapuera, foi precisamente a manifestação de relações de trabalho fundadas na exploração do trabalho alheio, mais exatamente, em sua superexploração, mas simultaneamente de produção das próprias moradias.

Procuramos discutir em nossa tese a prática da autoconstrução como esse processo de transformação concreta, portanto qualitativa, do lote de terra recém-comprado em moradia, explorando duas interpretações canônicas nas ciências sociais. Aos olhos de Francisco de Oliveira (2003) a transformação qualitativa do lote de terra em moradia, diante da qual a família (e por vezes vizinhos e/ou ajudantes contratados) participava ativamente, figurava essencialmente como um processo de trabalho, ao enfatizar sua dimensão abstrata na forma de um sobretrabalho não-pago pelas empresas nas quais seus membros trabalhavam, como apresentamos no item anterior. Éder Sader ([1988]1995), por sua vez, sem desconsiderar os apontamentos de Oliveira, se recusava a reduzir a prática da autoconstrução à sua expressão abstrata na forma do sobretrabalho não-pago ou mais-valia absoluta (Marx, 1985), ressaltando os valores familiares que se consubstanciavam ali, destarte enfatizando sua dimensão qualitativa. Diante da dualidade manifesta nestas duas formas de interpretação da mesma prática apresentamos em nossa tese a hipótese de que tal residisse no caráter contraditório e não-autonomizado, ou seja, sem aparência de autonomia (cf. Marx, 1988), daquela prática sócio espacial. Em outras palavras, a falta de aparência de autonomia se expressava no fato de que a autoconstrução poderia ser entendida simultaneamente em registro familiar (concreto) e/ou produtivo (abstrato), duplicidade que de alguma maneira é corroborada pela análise de Ferro ([1969] 2006). Se do ponto de vista das relações de produção nas quais os membros das famílias do Jardim Ibirapuera por nós estudadas se encontravam inseridas era incontestável que a categoria de força de trabalho, portanto o próprio trabalho abstrato (Postone, 2014), havia se consolidado como relação social, tal não parecia inequívoco do ponto de vista da terra, da família e do “sobretrabalho” (Oliveira, 2003: p. 59) envolvido na autoconstrução da moradia.

---

<sup>7</sup> “A Economia Política confunde por princípio duas espécies muito diferentes de propriedade privada, das quais uma se baseia sobre o próprio trabalho do produtor e a outra sobre a exploração do trabalho alheio. Ela esquece que a última não apenas forma a antítese direta da primeira, mas também cresce somente sobre seu túmulo” (Marx, 1985b : p. 295).

Tais apareciam “amalgamados” ou fundidos (Oliveira, 1977)<sup>8</sup> na prática da autoconstrução como parte necessária dessa “espécie de reprodução ampliada da periferização” (Rodrigues e Seabra, 1986: p. 24), resultante de uma sociabilidade fundada na exploração do trabalho alheio (relação-capital, nos termos de Marx (1985b)) e da reprodução ampliada que, todavia, não crescia sobre o túmulo daquela fundada sobre o “próprio trabalho do produtor”, mas se valia dela.

A não-autonomização aqui citada se manifestava empiricamente no fato de que a aquisição dos lotes de terra nas condições descritas impunha um uso determinado de grande parte dos rendimentos obtidos no mercado pelos membros da família na forma de salários, porque amarrados à necessidade imperativa de serem transformados em materiais de construção, pagamento de ajudantes de pedreiro, construção de poços, prestações do lote, etc. Em outras palavras, a universalidade do dinheiro na forma do salário se encontrava agrilhoadada à necessidade de metamorfosear-se sob a forma particular dos valores de uso elencados, dentre outros, caso contrário aquela propriedade não teria qualquer valor de uso para as famílias ali em territorialização, revelando o caráter de dominação desta forma de sociabilidade na qual as relações entre as pessoas é mediada por coisas (Marx, 1985).

Nesse sentido, a mobilidade do trabalho experimentada por alguns membros das primeiras famílias de migrantes, submetidos a relações de trabalho aviltantes, prenunciou a formação de uma camada de pequenos proprietários urbanos que apenas viria a alcançar sua síntese à medida que a produção do espaço reivindicado pelos movimentos sociais urbanos consolidasse essa condição. Ou seja, o processo de metropolização de São Paulo à base da superexploração da força de trabalho, e apesar desta, ao mesmo tempo que proporcionou maiores taxas de mais-valia para os capitais urbano-industriais, não deixaram de compor um fundo de acumulação dos próprios trabalhadores, na forma de propriedades/posses imobiliárias nos arredores de São Paulo que, paulatinamente, foram se consolidando no tecido urbano e se autonomizando na forma de um mercado imobiliário operado majoritariamente por seus proprietários. São alguns os aspectos que, à escala local, concorreram para a autonomização deste mercado imobiliário.

---

<sup>8</sup> Esta expressão está baseada em sua interpretação sobre o coronelismo em seu livro *Elegia para uma Re(li)gião* (1977), para quem essa forma particular de controle territorial (que dava forma às regiões) era a manifestação de uma fusão entre poder político e poder econômico. Esta interpretação foi posteriormente discutida criticamente por Carlos de Almeida Toledo como não-autonomização entre política e economia (Toledo, 2009: p. 229).

O crescimento dos filhos e a formação de novas famílias foi paulatinamente liberando cômodos das casas autoconstruídas de modo a permitir sua negociação com novos moradores do bairro interessados em morar, empreender, etc. No caso de novos casais que, diante de dificuldades financeiras, decidissem por permanecer na casa de seus pais, a possibilidade de contar com o parco patrimônio acumulado na forma de uma moradia liberou seus rendimentos conquistados no mercado do grilhão de sua transformação em uma moradia, que agora podiam ser destinados a outros fins. Os negócios imobiliários também foram fomentados devido ao provisionamento de infraestrutura no loteamento, o que facilitou o acesso e, portanto, o aumento dos preços dos imóveis, se tornando uma opção rentável para seus proprietários, mas também para compradores ou locadores de fora do Jardim Ibirapuera. Culminando, por fim, na dissolução da identidade necessária entre dono e propriedade (cf. Seabra, 2003) que caracterizou as primeiras moradias autoconstruídas, criando as condições para a existência do microrentista entre os próprios moradores do Jardim Ibirapuera e suas mediações. Todos os elementos descritos foram criando as condições para o *afrouxamento* do vínculo forçoso entre salário e produção da casa, permitindo que os rendimentos das novas gerações de trabalhadores não apenas adquirissem, em certa medida, uma dimensão de investimento, mas que igualmente fomentassem negócios imobiliários, já autonomizados das dinâmicas familiares. Dissemos acima que a consolidação de uma camada de pequenos proprietários urbanos apenas alcançou sua síntese atualmente porque no momento de formação daquela territorialidade as categorias de terra e trabalho se encontravam não-autonomizadas, fazendo com que as primeiras moradias aparecessem como puro valor de uso (cf. Ferro, 2006), apenas posteriormente adquirindo dimensão abstrata sob a forma de renda da terra.

Nesse sentido, se é verdade que a qualidade particular da modernização nacional não criou as condições para que o mais-valor relativo se tornasse a forma de exploração do trabalho presente em todos os setores da economia nacional, sendo destarte, desigual e combinada, as condições de reprodução da classe trabalhadora tampouco confirmaram, ou apenas de maneira oblíqua, a crise de subconsumo acusada pelos teóricos marxistas da dependência (cf. Marini, [1973] 2011). Se, portanto, nossa problematização nos encaminha para uma outra síntese, se faz necessário explorá-la de modo a ampliar nosso entendimento sobre a territorialidade periférica atualmente.

### 3. Os novos movimentos sociais urbanos e seus efeitos sobre a práxis teórica

Em nossas últimas pesquisas nos dedicamos a estudar alguns pesquisadores e pesquisadoras que vêm investigando as transformações ocorridas na periferia metropolitana de São Paulo desde a década de 1990. Concentramos nossa revisão bibliográfica nos escritos de sociólogos como Vera da Silva Telles, Gabriel Feltran e Cibele Rizek que buscaram conhecer os novos conteúdos sociais que emergiram na experiência popular desde a década de 1990 até os dias de hoje. Herdeiras das teorias movimentistas produzidas na década de 1980, suas perguntas remetem ao fazer político das classes populares, portanto, partem, em sua grande maioria, da relação entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, a periferia é tomada como a *territorialidade de sujeitos de direito* (ou seus demandantes), pois este seria, de suas perspectivas, o elo responsável por produzir coesão social (o direito). Esta perspectiva se justifica também porque foi sobretudo a partir desta posição que estes últimos entraram em cena na década de 1980, contrariando a teleologia da luta de classes propugnado pelo marxismo estruturalista (Sader, 1995; Brant, 1980; Kärner, 1987). Seja por Feltran (2011) que afirma abertamente seu interesse no fazer político das classes populares, atualizando a crítica ao “marxismo estruturalista” realizada na década de 1980 por Sader, seja porque partem de diagnósticos de maior envergadura sobre o neoliberalismo no Brasil (Oliveira, 1999), seus ataques contra os direitos sociais e/ou uma certa desidratação dos canais de participação da sociedade civil pela lógica do mercado (Telles, 1998; 2007; Rizek, 2007; 2017). Embora compartilhando um ponto de partida semelhante, as chamadas “etnografias urbanas” que realizaram desde a década de 2000 buscavam responder a desafios distintos. Para Feltran (2011), revelar a prática política das periferias demandava desmontar sua figuração como o lugar da barbárie (em razão da crescente violência que grassava nestes territórios) fartamente reiterada nos meios acadêmicos e televisivos. A etnografia, como metodologia, o permitiria discernir “fronteiras” entre a lógica violenta do “mundo do crime” e a lógica universal dos direitos que regeria o mundo da periferia dos trabalhadores. A partir desta diferenciação se tornava possível desconstruir tal figuração violenta das periferias no “mundo público”, reivindicando um novo lugar político para a periferia e seus moradores. A partir do reconhecimento da coexistência de “regimes normativos” sincrônicos nas periferias, o autor se dedicará ao “mundo do crime” e sua capacidade de fazer governo no mundo popular (Feltran, 2012), apresentando uma tese sobre funcionamento do PCC (Feltran 2018) como uma “maçonaria”, em oposição a uma estrutura militar ou empresarial. Já nos escritos de Telles

(2003; 2006; 2007a; 2007b), a adesão às etnografias resultaria de uma desconfiança de que as categorias herdadas da sociologia já não seriam mais capazes de apreender a experiência urbana e as supostas “binaridades” (trabalho-moradia, tempo de trabalho/tempo livre, etc.) que a compunham devido aos efeitos da globalização na dinâmica urbana de São Paulo. Para o que nos interessa aqui, as periferias de São Paulo revelavam a chamada “globalização por baixo” (Peralva, 2015), responsável por modificar radicalmente o próprio “universo da pobreza” (Telles, 2007), crescentemente invadido pelo mercado de entorpecentes, pelos padrões de consumo modernos e mesmo pela mobilidade de seus recentes moradores (Telles, 2006), demandando uma nova forma de interpretar o espaço urbano. Por fim, a incorporação da etnografia por Rizek lhe permitia desatar e discutir os entrelaçamentos entre a crescente “questão social” (Castel, 1998) provocada pela reestruturação produtiva e a formação de uma massa de desfiliaados e os mercados populares, crescentemente indiscerníveis em razão da lógica neoliberal que vinha colonizando os direitos sociais e sua linguagem, promovendo políticas que a autora qualificará como “gestão da precariedade” (Rizek, 2007).

Ao recusarem limitar o pensamento à sociologia quantitativa e às surveys pautadas por critérios incapazes de apreender os conflitos existentes no mundo popular, suas pesquisas foram capazes de revelar uma heterogeneidade interna aos territórios periféricos e, sobretudo, das relações que ali se gestam e se reproduzem, até então pouco iluminados e discutidos pelas ciências sociais. Por outro lado, a pergunta sobre o fazer político das classes populares invariavelmente os inclinava para uma apreciação dos novos conteúdos da vida social excessivamente contingencial (Giavarotti, 2022). Além disso, ao discutir as relações que encontram em campo tomam o espaço como um cenário não-tematizado no qual os atores se movimentam, disputam e negociam as relações nas quais se encontram envolvidos. Quando buscam discuti-lo invariavelmente apresentam uma fenomenologia das transformações espaciais (Telles e Hirata, 2006), sem qualquer consideração da dimensão abstrata que o constitui<sup>9</sup>, tornando-o, portanto, parte da mediação social. Na medida em que o espaço é produzido, ele resulta do trabalho abstrato (mesmo que fora da média social de produtividade). Além disso, ao ocupar uma porção da crosta terrestre, garante ao seu autoconstrutor/morador uma renda fundiária absoluta, além dos acréscimos proporcionados pelas rendas diferenciais

---

<sup>9</sup> Não custa lembrar que o título do livro que marcou uma ruptura nos estudos sobre periferia, já mencionado aqui, e o qual informa fundamentalmente a perspectiva destas autoras, tem o sugestivo título de “Quando novos *personagens* entraram em *cena*” (grifo nosso).

proporcionados pela urbanização do loteamento. Tanto uma, quanto outra dimensão, já são suficientes para desautorizar a apreensão do espaço estritamente como um palco onde as relações se dão. Tal compreensão se ampara no legado deixado pelos movimentos sociais que, em sua práxis política, teriam (aparentemente) superado os pressupostos do “economicismo estruturalista” (2011: p. 17)<sup>10</sup>, liberando a práxis teórica do fardo de elaborações mais sofisticadas acerca das determinações econômicas (e, inclusive, da história pregressa da periferia, como veremos), para além de um pobre sociologismo marxista. Este *corte*, herdeiro direto destas conquistas, reitera a ideia de que já restaria nada ou quase nada a ser dito sobre as condições que teriam levado à emergência dos movimentos sociais, pois tais seriam irrelevantes para compreender as inflexões temáticas ocorridas nas relações entre a periferia e o mundo público (Feltran, 2011). Convictas que estão da superação das interpretações marxistas estruturalistas que discutiram o processo de formação material das periferias urbanas, suas pesquisas simplesmente abstraem a enormidade do ambiente autoconstruído produzido por meio da autoconstrução desde a década de 1960. De acordo com nossas pesquisas, a miríade de posses/propriedades que se constituíram nestas periferias não apenas transformou as práticas sociais dos que ali moram (Giavarotti, 2019) mas, talvez, os seus próprios comportamentos políticos, tão caros a estas abordagens. Assim como vêm criando as condições para a formação de um mercado imobiliário popular a partir do qual as famílias trabalhadoras de Feltran (2011) já tenham se tornado microrentistas e não mais trabalhadores (apesar do sentido moral da noção, incorporada pelo autor). As quais compõem as formas de sociabilidade discutidas por esta produção, porém abstraídas. O modo de incorporação desta dimensão concreta e abstrata do espaço autoconstruído, assim como das políticas do espaço (Seabra, 2003) que incidiram nestas territorialidades, podem ser compreendidas a partir de uma consideração das contribuições de Marx em seu livro III d’O Capital.

---

<sup>10</sup> “Pois quando observamos os traços dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 70, nós nos damos conta de que eles dificilmente podem ser explicados pela exposição das ‘condições dadas’, decorrentes do sistema social: os padrões da acumulação capitalista, o desenvolvimento urbano (ou sua crise), a forma do Estado. Das condições do chamado ‘milagre brasileiro’, com suas fatias de superexploração para tantos e vantagens para outros, não se consegue *deduzir* nem as mudanças no comportamento sindical, nem as motivações presentes nas comunidades de base, nem a emergência de donas de casa das periferias em mobilizações de bairro do modo como o fizeram, nem, aliás, qualquer uma das tendências presentes na ação das classes sociais” (Sader, 1995: p. 38 – grifo nosso).

### 3. O processo de autonomização

No capítulo 48 do Livro III d'O Capital de Karl Marx, intitulado "A Fórmula Trinitária" o autor irá discutir os três rendimentos que "compreende todos os segredos do processo de produção social" (1986: p. 269). Estes são apresentados da seguinte maneira: capital – juros; terra – renda fundiária e trabalho – salário. Isto é, do capital se extrai juros, da terra se pode extrair renda e do trabalho se deriva o salário. De acordo com Marx estes rendimentos "pertencem a esferas totalmente díspares e não tem a menor analogia entre si" (1986: p. 269). No entanto, o argumento apresentado pelo autor ao longo do capítulo irá se dedicar precisamente a revelar que a ausência de analogia entre estes rendimentos é apenas aparente pois cada um deles resulta de uma divisão do valor e do mais-valor produzido pelo trabalho como substância da acumulação de capital. Daí a noção de autonomização, isto é, a aparência de autonomia que os rendimentos e suas personificações (capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores) estabelecem entre si, a despeito de todas resultarem do trabalho socialmente necessário. O processo de territorialização do capital (Heidemann; Toledo e Boechat, 2014; Toledo, 2024) desde a colônia, passando pelo momento regional (Oliveira, 1977), a formação do Estado Nacional e a periferização da metrópole vêm sendo discutido (Toledo, 2008; Boechat, 2013; Leite, 2015; Kluck, 2016; Giavarotti, 2017) como um processo histórico de autonomização destas categorias e de seus rendimentos.

Para o que aqui nos interessa, isto é, as periferias metropolitanas de São Paulo<sup>11</sup> constituídas por migrantes nacionais, a autonomização do trabalho se manifestou como o processo de aquisição da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977). Ou seja, a formação da liberdade contraditória do trabalhador, livre para se mover pelo território e vender sua força de trabalho onde encontre compradores, porque igualmente livre, despido, de seus próprios meios de produção (expropriado). Este processo de imposição do trabalho envolveu, num primeiro momento, a instituição do escravismo colonial, quando as terras ainda eram livres e a forma de mobilização para o trabalho dependia da violência extra econômica (Marx, 1985: p. 277), personificada pelo africano escravizado, sem propriedade sobre sua força de trabalho (Franco *Apud* Toledo, 2008: p. 104-105), portanto, não podendo gozar de mobilidade. Em seguida, após a abolição desta instituição, conformam-se as formas particulares de mobilidade regional do trabalho (Toledo, 2008; Boechat, 2013; Leite, 2015, Kluck, 2016) nas quais os coronéis

---

<sup>11</sup> O sentido de metropolização utilizada aqui está fundamentada em Seabra (2003).

personificavam o capital, a terra e a violência de modo a “‘fechar’ as regiões” (Oliveira, 1977: p. 31) num contexto de fronteira aberta e inexistência de uma superpopulação relativa (cf. Toledo, 2008: p. 223-224) a impor o trabalho como forma de mediação. Finalmente, após a crise das regiões, inclusive promovida por políticas de desenvolvimento regional, dentre as quais a SUDENE (Oliveira, 1977), ocorre a liberação de trabalhadores que irão afluir para as capitais dos estados das regiões Sul e Sudeste, as quais darão origem às periferias aqui em tela.

#### **4. Conclusão**

A despeito da condição de expropriados chegados em São Paulo e progressivamente absorvidos pelos capitais urbano-industriais para promover a acumulação de capital, sua territorialização no entorno da cidade de São Paulo via “reprodução ampliada da periferização” (Rodrigues e Seabra, 1986) e autoconstrução colocará um problema para o esquema da autonomização. Este problema está sintetizado na própria prática da autoconstrução, interpretado por Oliveira (1972) como não-tipicamente capitalista e que, à luz da armadura do desenvolvimento desigual e combinado, será lida como sobretrabalho apropriado pelos capitais urbano-industriais, proporcionando maiores taxas de mais-valor. Ao autor não lhe interessava discutir a propriedade fundiária e imobiliária adquirida via autoconstrução, pois a não-desapropriação da moradia é apenas *aparente*, uma vez que o tempo de trabalho dedicado à sua produção já teria previamente sido apropriado pelo capital (Oliveira, 2003: p. 59). A secundarização com relação à propriedade fundiária e imobiliária também é evidente na interpretação de Ferro (1968) sobre a autoconstrução. Ali, a propriedade figuraria apenas como um óbice à consciência de classe, sugerindo, inclusive, uma interpretação sobre a autoconstrução de caráter chayanoviano. Como se se tratasse da reprodução de uma família camponesa que, à medida que construísse valores de uso excedentes (cômodos), tais seriam negociados no mercado, a qual até então apenas seria presidida pelo qualitativo, o valor de uso. Em outras palavras, para ambos a autoconstrução será lida essencialmente como processo de trabalho, ofuscando a importância da propriedade fundiária e, futuramente, imobiliária implicada na autoconstrução. Esta dimensão será explicitada em Sader (1995) ao discutir a centralidade da família no processo de autoconstrução e a distinta qualidade das relações entre seus membros em oposição ao espaço público e as unidades produtivas, presididos pela racionalidade empresarial. O reconhecimento desta instituição, de certo modo romantizada pelo autor, colocará um novo problema à interpretação canônica da autoconstrução. Esta presença

revelaria o equívoco de tomá-la como um setor da divisão social do trabalho, supostamente regido pelo tempo abstrato, por isso contabilizável e comparável ao tempo socialmente necessário à produção de mercadorias. Em nossas pesquisas nós buscamos elucidar este imbróglio teórico e conceitual com a noção de autonomização aqui apresentada. Isto é, a autoconstrução foi compreendida como uma forma de reprodução do trabalhador na qual as categorias de terra e trabalho não se encontram autonomizadas entre si, como seria de se esperar à luz da teleologia da modernização (Schwarz, 1999). Em outras palavras, os rendimentos do trabalho, provenientes da venda da força de trabalho destes migrantes recém-chegados nas periferias, estarão forçosamente vinculados à produção de suas moradias, até que o lote de terra nu adquira alguma utilidade dentro do quadro urbano. E estes rendimentos apenas serão liberados à medida que as casas autoconstruídas sejam finalizadas, o que, de modo geral, coincidirá com o colapso da modernização retardatária e a crise do assalariamento que se abaterá sobre aquela população, em especial na figura dos filhos e netos. Estes, por sua vez, se encontrarão liberados do tempo dedicado à produção das moradias de seus pais, assim como a casa autoconstruída, pensada essencialmente como valor de uso, adquirirá progressivamente valor de troca no mercado. Ou seja, aquela parcela da renda fundiária mensalmente deduzida do salário do trabalhador se autonomizará deste último à medida que consolidação das moradias consagre aquele trabalhador e sua família como pequenos proprietários/posseiros urbanos. O dado contra intuitivo desta situação particular é que, diferentemente do que afirma Marx no capítulo XXV (Marx, 1985: p. 295-302), a reprodução ampliada do capital a pleno vapor em São Paulo, fundada na exploração do trabalho alheio (relação-capital), não se dava sobre o tûmulo daquela sociabilidade fundada sobre o “próprio trabalho do produtor”, mas se valia dela. E a categoria que permitiu esta coexistência era precisamente a propriedade fundiária, mesmo que esta última não fosse juridificada enquanto tal e seus moradores vivam até hoje sob um regime de insegurança jurídica.

A consolidação destas moradias autoconstruídas e o aumento demográfico dos bairros periféricos ocorrida desde então, com a chegada de novos migrantes até hoje, são aspectos que tem impulsionado este mercado imobiliário periférico e popular. O que tem dado origem à figura dos microrentistas em meio aos chamados “microempreendedores”, ambas presenças resultantes da crise do trabalho (Postone, 2014), provocando uma crescente heterogeneidade interna a estes territórios.

## 5. Bibliografia

- BAENINGER, Rosana. “Crescimento da população na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX”. In: *São Paulo, novos percursos – Sociedade, cultura e política*. Orgs. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques, Editora 34 e Centro de estudos da metrópole, São Paulo, 2011.
- BOECHAT, C. de A. O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista. Tese de Doutorado em Geografia Humana – PPGH, FFLCH, USP, São Paulo, 2013.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. Editora Estação Liberdade: São Paulo, 2011.
- BRANT, V. C. “Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo”. In: *São Paulo: o povo em movimento*. Orgs. Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant, Editora Vozes e CEBRAP, 1980.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Editora Vozes, São Paulo, 1998.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *Geografia e População*. Editora Contexto: São Paulo, 2011.
- FERRO, Sérgio. “A produção da casa no Brasil”. In: *Sérgio Ferro: Arquitetura e Trabalho Livre*. Org. Pedro Fiori Arantes. CosacNaify: São Paulo, 2006.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Estampa: Lisboa, 1977.
- GIAVAROTTI, D. M.; *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho*. Dissertação de mestrado. PPGH - FFLCH-USP, 2012.
- GIAVAROTTI, D. M.; *Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo*. Tese de doutorado. PPGH - FFLCH-USP, 2017.
- GIAVAROTTI, D. M.; Relatório Final: Paradigmas em competição na crise da sociedade do trabalho: Foucault na revisão crítica dos estudos de periferia de São Paulo. [https://www.researchgate.net/publication/375689975\\_Relatorio\\_FINAL\\_USP](https://www.researchgate.net/publication/375689975_Relatorio_FINAL_USP). Acesso: Junho de 2024.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HEIDEMANN, D.; TOLEDO, C.; BOECHAT, C. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. *Estudos Avançados*, v. 28 (81), 55-67, 2014.

- KLUCK, E. J. G. Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico. Tese de Doutorado em Geografia Humana – PPGH, FFLCH, USP, São Paulo, 2016.
- KÄRNER, H. “Movimentos sociais: revolução no cotidiano”. In: Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. Orgs. SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Paz e Terra: São Paulo, 1993.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Paz e Terra: São Paulo, 1993.
- LEITE, A. C. G. O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. Tese de Doutorado em Geografia Humana – PPGH, FFLCH, USP, São Paulo, 2015.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro III, tomo I (volume IV). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1988.
- MARINI, Rui Mauro. “Dialética da dependência”. In: *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. Org. STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2011.
- MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1977
- OLIVEIRA, Francisco de. “Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal”. In: Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Org. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado e OLIVEIRA, Francisco de. Editora Vozes, São Paulo, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. Editora Boitempo: São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. “O vício da virtude – autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil”. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, núm. 74, São Paulo, 2006.
- PERALVA, Angelina. “Globalização por baixo e mercados ilegais”. In: *Ilegalismos na Globalização – migrações, trabalho, mercados*. Orgs. PERALVA, Angelina e TELLES, Vera da Silva. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Editora Boitempo: São Paulo, 2014
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIZEK, Cibele S. “Orçamento e Participação”. In: A era da indeterminação. Org. OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele S. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007
- RIZEK, Cibele S. Um balanço de pesquisa: 10 anos na zona leste e um social reconfigurado. *Cidades*. v.13, p. 94-140, 2017.
- RODRIGUES, A. M.; SEABRA, M. “Habitação e espaço social na cidade de São Paulo”. In: *Boletim Paulista de Geografia da Associação dos Geógrafos do Brasil*, núm. 64, São Paulo, 1986.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 1995.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Geografias de São Paulo 1 – Representação e Crise da Metrópole*. Editora Contexto, São Paulo, 2004.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Urbanização e Fragmentação – Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão*. Livre Docência. PPGH, 2003, FFLCH-USP.
- SCHOLZ, Roswitha. “Forma social e totalidade concreta”. In: *Revista Exit!*, n. 6, 2009. Disponível em <<http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>>. Acesso em: 5 dezembro 2014.
- SCHWARZ, Roberto. “Fim de século”. In: *Sequências Brasileiras*. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1999a.
- TOLEDO, C. de A. A região das Lavras Baianas. Tese de Doutorado em Geografia Humana – PPGH, FFLCH, USP, São Paulo, 2008.
- TOLEDO, C de A. Migrações e dinâmicas regionais: mobilidade do trabalho e padrões de territorialidade. Projeto de Pesquisa para PUB, 2024.